



BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE

PROJETO MEMÓRIA ORAL

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUTH CARDOSO

Hoje, 22 de março de 2005, a Biblioteca Mário de Andrade registra o depoimento do presidente Fernando Henrique Cardoso e da professora Ruth Cardoso, para o projeto de Memória Oral da Instituição, iniciativa esta que vem sendo desenvolvida com o objetivo de resgatar a história da Mário de Andrade de uma forma matizada, através de narrativas orais dos seus mais diferentes protagonistas: antigos funcionários, diretores, colaboradores, pesquisadores, artistas e intelectuais. Na direção de captação audiovisual deste registro, Eugênio Puppo e na condução do depoimento, Daisy Perelmutter.

Daisy Perelmutter: Para iniciar esta conversa, nós gostaríamos que os senhores iniciassem rememorando os espaços físicos da cidade que foram marcantes durante o período da juventude universitária de ambos.

Ruth Cardoso: Eu acho que a Biblioteca foi marcante para mim, mesmo antes de eu entrar na universidade. Eu fui educada no interior, fui criada em Araraquara, onde eu nasci, e eu vim para cá em 1946 para fazer o curso colegial. Então nesse período eu estava no colegial aqui, no colégio interno, mas tinha uma certa liberdade e, no fim de semana, a gente saía. Esta Biblioteca era um lugar de encontro, um lugar muito atrativo, porque, evidentemente, a gente circulava muito por toda essa parte da cidade e aqui era um lugar que a gente encontrava gente nova, gente diferente, que a gente vinha procurando. Então, eu tive muitos amigos, que eu fiz aqui nesta Biblioteca nessa época, mesmo antes da entrada na universidade: o Reinaldo Jardim, que era um poeta, e eu esqueci o nome, Reinaldo Jardim e Edson, acho que era Coelho...

Fernando Henrique Cardoso: Coelho, Coelho.

RC: ... e várias amigas minhas. Então era uma turma que circulava um pouco aqui em torno desse espaço, que era um espaço onde havia várias coisas também: o Pari Bar, um pouco depois já tinha o Museu de Arte, que abriu na Sete de Abril, tinha a Livraria Jaraguá, onde a gente ia olhar assim para ver se encontrava algumas pessoas importantes, ver a Lígia Fagundes Telles, muito bonita, sempre, o Alfredo Mesquita, que eram frequentadores aqui da Livraria Jaraguá. Então esse era um espaço muito importante para nós todos, era o espaço de São Paulo, para mim.

Luís Francisco Carvalho Filho¹: E o senhor, presidente, quando começou a frequentar?

FHC: Mais ou menos no mesmo período. Eu, ao contrario da Ruth, eu fiz o curso aqui em São Paulo. Eu também estava no curso secundário e ela também veio para o secundário, o colegial. O ambiente era o mesmo: tinha o Museu de Arte, aqui na Sete de Abril, a Livraria Francesa, que era muito importante, o Clube dos Artistas, que ficava ali numa certa altura, ali na Barão de Itapetininga, a Livraria Francesa e a Biblioteca, e nessa época nós, eu, estava muito interessado em literatura. Tínhamos feito uma revista, que era a “Revista dos Novíssimos”, que era de poesia. Não só de poesia, era o Décio Pignatari, o Haroldo de Campos e o outro irmão Campos, o Augusto de Campos, o Boris Fausto, o Ataliba Nogueira Filho. Então, nós circulávamos nessa região aqui: era o clubinho dos artistas, era a Biblioteca.

RC: O Bandeira de Mello também, não era?

FHC: Quem? O Bandeirinha? Não me lembro dele, não. Mas, enfim, era esse o clima e aqui era um lugar... Nesse auditório aqui, eu me lembro do Zé Geraldo Vieira, um romancista, e da Maria de Lourdes, que era a mulher dele e estava fazendo uma exposição aqui sobre a obra dele; e o Sérgio Milliet, quando ele dava conferências, nós vínhamos aqui. Havia o que nós chamávamos “os adoradores da

¹ Luís Francisco Carvalho Filho, diretor da Biblioteca Mário de Andrade de 2005 a 2008.



estátua”, que ficavam ali ao redor da estátua. Eu nunca participei tanto disso não. Mas, enfim, e depois estudávamos aqui também nesse salão que aí está.

Já muito mais tarde, quando eu trabalhava como assistente na Faculdade de Economia, na verdade, que ficava na Rua Vila Nova, eu trabalhei com uma senhora chamada Alice Canabrava, que era uma historiadora econômica importante. Então, estávamos fazendo uma pesquisa sobre a Câmara de São Paulo e as fontes de abastecimento de São Paulo e tinha que ler muito jornal, numa certa época. Eu tive uma sala que eu requisitei aqui. Na torre havia umas salinhas para os pesquisadores ficarem mais comodamente trabalhando e tal. Então, de fato, isso aqui centralizava a vida cultural.

No tempo em que nós entramos na USP, na Universidade, a Faculdade de Filosofia funcionava aqui na Praça da República onde hoje é...

RC: No nosso primeiro ano...

FHC: ...o Caetano de Campos. O primeiro ano nosso foi aqui na Praça da República e aqui ao lado havia um departamento de Literatura...

RC: ...e Filosofia.

FHC: ...e Filosofia também, aqui pertinho. Então a vida cultural de São Paulo se dava ao redor desse miolo aqui. Eu não me lembro exatamente quando, mas houve o famoso Congresso de Poesia e veio o Oswald de Andrade, aquela coisa toda. Também aqui na Sete de Abril, muitas discussões com o Bardi, o Jorge Vilmer era já mais graduado, o Gianotti e nós estávamos fazendo curso para sermos monitores do Museu de Arte aqui. O centrinho de São Paulo realmente era onde havia vida intelectual. Depois a Faculdade foi para a Rua Maria Antonia. O Direito continua aqui perto. Depois, foi para a Universidade, daí dispersou tudo, os museus também.

Eu acho muito importante que isso aqui seja de novo um centro, porque está no centro de São Paulo, que tem todo o condicionamento para isso, tem uma instalação portentosa. Precisa remodelar, não é?

LF: A senhora estudou aqui também, professora?



RC: Nessa época a gente estudava era na Biblioteca.

LF: Não, digo, depois, na sua carreira universitária, a senhora chegou a fazer pesquisa aqui, não?

RC: Não, depois de professora da universidade não, porque nós tínhamos outras bibliotecas mais especializadas. Mas, quando nós éramos estudantes, nós vínhamos aqui. Todo mundo vinha à Biblioteca. Nessa altura era bastante difícil você ter uma biblioteca particular suficiente para dar conta do que a gente precisava ler, e era também essa vida social, quer dizer, não é só porque aqui tinha os livros, mas era também porque havia esse movimento, da gente se encontrar e estudar aqui. Uma das coisas divertidas era que nós estudávamos e descobríamos os livros que o Florestan tinha lido porque ele anotava e a gente reconhecia a letrinha dele...

FHC: Tinta, tinta verde...

RC: Tinta roxa.

FHC: Roxa. E Florestan era um leitor tremendo, lia tudo e muito aqui na Biblioteca.

RC: Nós vínhamos testar, aqui na Biblioteca. Ele também tinha estudado aqui, então, íamos testar: "Será que ele leu mesmo? Ele está mandando a gente ler, será que ele leu?".

DP: Os senhores lembram dos livros dessa bibliografia toda, que os senhores descobriram aqui?

RC: Ah, era muita coisa, era muita coisa...

DP: Algum título que esteja associado à Biblioteca, que quando a senhora relê, o senhor relê, os senhores lembram?



FHC: Isso é difícil de lembrar, que é história de mais de cinquenta anos, sessenta anos.

RC: Vínhamos aqui por causa dos cursos. Nós tínhamos uma imensa bibliografia, vínhamos procurar uma coisa ou outra.

LF: E com o Sérgio Milliet, vocês chegaram a ter contato?

FHC: Ah, sim, claro. Eu, sim. Ele era diretor da Biblioteca e depois, ele fazia crítica de arte, não sei o que e tal. O mundo era pequenininho, então, os contatos haviam uns mais próximos, outros menos próximos. Nós tínhamos dezessete anos, dezoito anos, dezenove anos. Ele nem olhava para nós, nós é que olhávamos para ele, mas sabíamos muito bem do Sérgio Milliet, que tinha um papel preponderante, escrevia suas crônicas n’*O Estado de São Paulo*. Nós vivíamos fascinados: Antonio Candido, Sérgio Milliet. O Candido era professor nosso, várias pessoas que realmente serviam de referência. Mas aqui se criava uma sub cultura também, porque nós estamos falando da universidade, mas havia os “anti-universitários”, que eram mais autodidatas e tal. O centro era aqui na Biblioteca.

RC: Uma das pessoas que nós conhecemos aqui foi o Maurício Tragtenberg, que era um produto da Biblioteca, ele era um autodidata.

FHC: Na universidade eu tive que dar um parecer dizendo que ele tinha notório saber para que o Maurício pudesse entrar na Universidade. Havia aqui na Biblioteca, sobretudo mais tarde - eu não acompanhei mais - o movimento literário de poesia e tudo mais. Aqui havia muito movimento nesse sentido. O Ottaviano de Fiore, não sei se vocês o entrevistaram, vivia aqui e pertencia mais a essa coisa não propriamente acadêmica, não propriamente universitária, até com certa resistência às regras e às normas da universidade. Nós dois já não, nós éramos enquadrados, mais dentro da academia.

LF: Nós recebemos a visita do Gianotti e do Bento Prado juntos e é perceptível que havia uma...



FHC: Tensão!

LF: Uma tensão que permaneceu no tempo, inclusive...

FHC: Nós trabalhávamos todos juntos, em outra coisa, no seminário sobre Marx. Mas a tensão era permanente ali também, mas de estilos, as formas de interpretar *O Capital*. O Gianotti era mais uma interpretação estrutural e o Bento era mais uma coisa antropológica. A discussão se chamava: “Sobre a Antropologia Fundante ou não d’*O Capital*”. Coisa complicada, não vale a pena discutir, também não tem tanta importância quanto nós dávamos naquela ocasião. O Bento era mais ligado ao estilo rebelde, digamos assim, menos acadêmico. Mas só aparentemente, porque no fundo fez uma carreira universitária perfeita e tal, e o Bento também andava muito por aqui.

RC: Acho que uma coisa que marcou a todos nós é que isto aqui não era apenas um centro de encontro e de estudo na Sala de Leitura, mas era também este espaço, neste auditório, este espaço muito utilizado para uma série de conferências. Essas coisas tinham bastante vida e elas eram pouco ortodoxas também. Quer dizer, esse pessoal todo que nós estamos falando, que eram intelectuais reconhecidos, entretanto, nem todos muito ortodoxos, Oswald de Andrade, coisas assim... Então, eu me lembro que aqui havia esses debates filosóficos com o Vicente... como ele se chamava?

FHC: Ferreira da Silva.

RC: Isso! Vicente Ferreira da Silva, Lourival Gomes Machado, e havia, realmente... era um espaço de polêmica, que os jovens frequentavam muito. Havia os jovens que grande parte do seu interesse na vida era estar por aqui e desafiar um conferencista...

FHC: A autoridade, como sempre.

RC: ...e discutir com o outro. Pois é, mas eu acho que em São Paulo está faltando esses espaços...



FHC: ...ou haverá outros!

RC: Quem sabe nós não reabrimos isso aqui, sem muitas barreiras do que as pessoas vão dizer ou fazer?

FHC: Eu frequentava aqui para ler jornal e revista naquela sala de revista...

LF: Jornal diário, digamos assim?

FHC: É, era um lugar de estar. Como a Faculdade era aqui ao lado, era tudo muito cômodo, muito prático. Depois, quando mudou para a Maria Antonia, ficou mais difícil. E lá havia a Biblioteca Central e várias bibliotecas, como a Ruth disse, várias especializadas, então, quando você vai se especializando, você recorre menos a essas bibliotecas, que são mais gerais.

LF: Mas a Biblioteca, quando vocês a utilizaram, era uma biblioteca bem equipada do ponto de vista do acervo?

FHC: Sim.

RC: Sim, tinha assinaturas de revistas atualizadas...

FHC: Sim, acompanhava.

RC: E tínhamos livros de todos os países...

FHC: Tinha vários idiomas. Mas agora você vê, pela estrutura física da Biblioteca, pela arquitetura dela, na época ela foi marcante, era uma coisa imponente, bem montada e tal, mas é preciso remontar, que é o que vocês estão fazendo agora. Um processo longo de recuperação – vai ser longo – mas que tem que ser feito.

Como é possível hoje em dia você não ter tudo já digitalizado? É impossível. Se bem que eu fui professor em Cambridge, na Inglaterra, e a biblioteca não era



assim também, nos anos 1970, na metade dos anos 70, uma biblioteca extraordinária, tudo à mão, Oxford também.

LF: Esse processo de digitalização é mais recente. Na semana passada estive aqui o diretor da Biblioteca Nacional de Portugal, o Jorge Couto, e ele nos deu uma informação que é assustadora para nós. Ele tem um projeto de dois milhões de euros por ano para digitalização de obras. Já está no quinto ano, ou seja, dez milhões de euros para digitalização, quer dizer, isso permite a ele ter um *site* na internet...

FHC: Mas hoje o próprio *Google* não está querendo digitalizar tudo? Todos os livros – que é uma coisa inacreditável – do mundo, o projeto deles é maluco. Não sei se é maluco, mas é de uma ambição imensa, digitalizar tudo. Eu não sei se é necessário para os fins daqui, isso. O que é necessário é ter as referências digitalizadas para saber onde estão os livros, que livro é e tal, mas digitalizar o próprio livro... Em Portugal é o próprio livro que eles vão digitalizar, não é?

LF: Na verdade são as obras raras, as obras que o próprio manuseio acaba contribuindo para a destruição. Então você preserva o material livro com mais eficácia.

FHC: Ah, aí sim. Isso é provavelmente o que deve acontecer na Biblioteca Nacional do Brasil, porque a Biblioteca Nacional nossa veio de Portugal, com D. João VI.

Saiu um livro muito interessante agora, da Lílian Schwarcz, a respeito disso, *Viagens da Biblioteca*², ali tem coisas muito preciosas, não é tanto o estilo desta aqui...

LF: O segundo maior acervo de obras raras do Brasil é o da Biblioteca Mário de Andrade.

² *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*. Lílian Schwarc, São Paulo: Cia das Letras, 2002.



FHC: Ah, é? Então essa parte precisa ser digitalizada. É caríssimo, não é? Você deu os dados aí. Mas antes disso, para facilitar o acesso, tem é que computadorizar...

LF: E modernizar o acervo...

RC: Tudo isso é um trabalho contínuo. Há dois anos atrás nós estivemos os dois trabalhando na biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos, em Washington. Tivemos duas bolsas. Uma coisa que também é bastante interessante e que talvez seja uma ideia para a gente deixar aqui e conseguir implementar mais tarde: eles têm essas *fellowships*, que são oferecidas pela Biblioteca do Congresso. Então, cada pessoa tem lá o seu escritorzinho, pequeno, mas confortável, como eram os daqui – menores até, que os daqui eram maiores – e você então tem acesso a tudo que você precisa lá e fica para escrever um trabalho...

FHC: Eu escrevi agora uma parte das coisas que eu estou publicando.

RC: ...escreve um artigo ou trabalha para alguma coisa que você está fazendo e para a qual a Biblioteca possa contribuir. Isso é uma coisa muito interessante porque reúne pessoas do mundo inteiro, de especialidades absolutamente diferentes. As portas ao lado eram de pessoas que trabalhavam sobre temas totalmente diferentes. Havia...

FHC: ... um chinês, gente da Europa Central...

RC: ...uma iraniana. Enfim, eu nem me lembro, nem chegamos a conhecer todos, na verdade, uma porção de gente. E isso também faz parte da renovação da Biblioteca, reaver esse espírito menos “quadrado”, menos ortodoxo em termos do que é sério, porque, na porta em frente ao meu escritório, havia uma senhora, eu dizia: “Bom dia, boa tarde” – lá não se fala muito com as pessoas – de repente, eu vi o aviso que ela ia fazer uma conferência – porque a gente tinha que fazer uns seminários e tal – e a conferência dela era sobre o *Harry Potter* e a Ciência Política! Aí eu já fiquei fascinada! Achei ótimo e fui ouvir a conferência, que foi brilhantíssima,



fantástica e o que ela estava escrevendo lá era isso e depois não sei se ela publicou um livro.

Mas enfim, era uma ideia maravilhosa de entender por que o *Harry Potter* faz tanto sucesso com as crianças. Porque de repente uma história, que é uma história de magia, que recupera todo um universo passadista, de certa maneira, de repente vira no mundo inteiro uma história fantástica. E ela então foi procurar a questão do bem e do mal, da polarização do bem e do mal, e veio, desde Santo Agostinho, estudando isso na história do pensamento e tentando mostrar que, no caso do *Harry Potter*, a mediação entre o bem e o mal - que sempre existe... e nem sempre existe. Por exemplo, nos desenhos animados que fazem tanto sucesso, como *Pokemon*, que você tem poder, quanto mais poder... que você é especializado em determinados tipos de bem e em determinados tipos de mal... Isso é a interpretação dela, porque eu não li o *Harry Potter*, eu estou repetindo o que ela disse.

FHC: Tem que perguntar ao nosso neto...

RC: Ele leu tudo. Não, eu já discuti com ele. Ele concorda, deu o aval. Na verdade ali tem uma mediação que é a mediação da amizade e do amor, o que faz assim essa mediação entre o mundo da magia má e da defesa. A defesa é sempre uma amizade e é sempre o amor - amor da mãe, que morre para ele sobreviver, para defendê-lo, etc. e tal. Então, é muito interessante. Era bem mais complexo do que eu estou resumindo aqui.

Mas tinha uma pessoa como essa fazendo um trabalho sobre esse tema e que para isso contava com todos os recursos da biblioteca e é uma coisa muito interessante.

FHC: E era tudo muito simples, era uma sala pequena e um computador, e o resto era o acesso aos livros.

LF: Devia ter um cafezinho ali...

RC: Cafezinho já era difícil...



FHC: Olha, nem isso. Só a parte de latino-americanos, eram dois milhões de livros! Não sei quantos milhões tem na biblioteca do Congresso, em geral, mas, às vezes, para você receber o livro, eram cinco dias ou uma semana. Por quê? Porque não estão em Washington, estão próximos, porque é tanto livro! E olha que lá a biblioteca é imensa, são três edifícios intercomunicados por baixo, então, é outro patamar, outro parâmetro. Mas não é o que se precisa fazer aqui.

Aqui eu acho que o que é preciso fazer é organizar, ter acesso fácil e fazer com que as pessoas...

LF: E ser atual...

FHC: E atual. E talvez alguma especialização, porque também tem Obras Raras, está bom, agora vamos ver quais, alguma especialização. E outra, uma biblioteca municipal pública, não pode ser muito especializada, e tem a Circulante, que não pode ser especializada, não deve ser, mas não custa nada ter alguma ênfase, sei lá, sobre São Paulo, por exemplo.

LF: Essa é a nossa ideia: literatura, humanidades e São Paulo, ser como um centro...

FHC: E já é muita coisa.

LF: É, para você ter um exemplar de cada livro lançado no Brasil você teria que construir um andar da torre por ano ou mais do que isso, quase dois andares.

FHC: É, mas não é o caso...

LF: E do ponto de vista da realidade orçamentária, nós sabemos que não vai ser construído nem um andar por ano.

RC: E não tem gente interessada em consultar. Então, isso também tem que ter uma relação...



LF: Mas, presidente, qual é a sua percepção, depois de ter governado o país, quer dizer – porque a Biblioteca Mário de Andrade não é um caso isolado, quer dizer, você tem uma instituição, esta é a segunda biblioteca mais importante do Brasil – por que a coisa chega a um abandono desse tipo? E na esfera federal deve existir coisa semelhante, quer dizer, a própria Biblioteca Nacional tem uma série de problemas...

FHC: O que caracteriza o subdesenvolvimento é a falta de manutenção em tudo, não só na biblioteca. Você vai a um hospital, a um prédio... País desenvolvido mantém tudo; é velho, mas está lá, está funcionando. Nós aqui não temos o cuidado com a manutenção, verba de custeio, corta a verba de custeio. Como é que faz? Paraliza. Isso é muito entranhado na nossa mentalidade.

Eu costumo chamar a atenção para um setor que é uma exceção a essa concepção: são as Forças Armadas. Você pode entrar em qualquer quartel do Brasil, do exército ou da aeronáutica: qualquer navio é velho, o caminhão do exército é velho, mas está funcionando e está tudo pintadinho de cal branco, você tem gramado, porque tem esse espírito de manutenção, não tem verba exuberante, mas tem manutenção.

O problema não é de falta de dinheiro, mas é um problema de falta de cuidado. Eu digo isso há tantos anos! Há mais dinheiro do que as pessoas pensam, só que é mal usado porque não se percebe que o que é importante é a manutenção. No plano federal é mais difícil ainda porque, como o Brasil é imenso, tudo fica difícil, porque as verbas às vezes somem nessa imensidão.

O Ottaviano de Fiore fez um trabalho grande para criar bibliotecas nas escolas, em toda parte. Bom, você manda o livro, se você for daqui a dois anos, três anos lá, o livro está lá largado, não tem quem cuide, não está posto em ordem na prateleira. Então, isso é uma questão cultural, não é só dinheiro. E os próprios administradores, os políticos, dão pouca atenção à manutenção e tudo mais. O maior interesse é sempre fazer obra, obras novas, e o importante é você manter o que já tem. E tem muita coisa. Se você olhar o patrimônio cultural e o artístico, e estado de preservação é relativo. Foi feito um acordo com o BID, o projeto *Monumenta*, que nós fizemos e que agora está sendo implementado, que é para salvar alguns monumentos da nossa cultura, o que é muito importante. E leva anos



para você ter a decisão do recurso e tal. E às vezes o recurso existe aqui e você não mobiliza.

Por outro lado, nós estávamos falando da Biblioteca do Congresso, onde nós estivemos. Lá é um centro chamado *Kluge Center*³, quem paga não é o governo americano, não é o Congresso nem a Biblioteca, é um senhor chamado Kluge⁴ que fez uma doação de 50 milhões de dólares para manter isso que a Ruth mencionou aqui: um grupo de pessoas do mundo todo que possa ir lá. Nós não temos essa cultura de fundação, de doação... Você vê nos jornais: para política há dinheiro de todo tipo, até do mau tipo, mas para coisas que não sejam de política não dão dinheiro... Você vai pedir para alguma coisa, é uma dificuldade.

Olha, eu tenho lá o meu Instituto⁵ que é para preservar documentação e tal. Bom, eu consegui algum recurso porque sou eu. Para você ver a proporção: se eu tivesse pedido para os Estados Unidos, eu teria muito mais hoje, mas eu achei que não cabe, tem que pedir para rico brasileiro, porque senão não tem sentido. Então não existe esse espírito e também não há legislação que ajude. Até bem pouco tempo, para você doar, você pagava imposto. O Mindlin⁶, que tem uma biblioteca extraordinária, até hoje tem problemas. Nós tentamos resolver alguns problemas, conseguimos algumas coisas. Por que você, ao doar, tem que pagar 25% do valor da doação? Impossível, não é? Agora isso parece que foi resolvido... a Receita interpretou de outra maneira. Então há problemas. Então o setor público sozinho não vai fazer isso, quer dizer, que é que custava você reunir cem pessoas de São Paulo que tenham posses – porque tem que ter posses – que ajudassem na revitalização da Biblioteca Municipal? Mas vai tentar para você ver... nem com a *Lei Rouanet*⁷!

RC: Deixe-me entrar também nessa discussão, que é um tema que eu sempre trabalhei na Comunidade Solidária. Eu acho que essa coisa da legislação é realmente um entrave muito sério a essa parceria do público e do privado e a outra coisa é a nossa mentalidade porque, na verdade, como você estava dizendo, do ponto de vista de quem está no governo, é sempre melhor fazer uma outra

³ *The John W. Kluge Center.*

⁴ John W. Kluge.

⁵ Instituto Fernando Henrique Cardoso.

⁶ José Mindlin.

⁷ Lei Rouanet: Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/91).



instituição ao invés de aproveitar o que já tem, ou então, fazer outra em complemento ao que já tem. Sempre se criam novas instituições e vão deixando as outras caírem. E essa própria mentalidade de que sempre a gente quer uma novidade às vezes dificulta essa parceria com o privado, porque o elemento fundamental dessa parceria é que você tenha um objetivo comum que é visto por todos como de interesse público, quer dizer, é visto por quem está em uma instituição pública e por quem tem recursos privados. Mas é preciso que haja uma comunhão de interesses, não é: “Vamos reformar a Biblioteca Municipal porque ela é importante, porque ela é bonita, porque ela é um monumento”. Bom, então as pessoas podem perguntar: “Bom, mas por que eu?”. Não é que ela tem que ter assim uma iluminação ou um gosto para que seu nome apareça numa plaquinha lá na porta, mas eu acho que são pessoas – e quase sempre a nova filantropia é assim – que querem também acreditar nesse projeto e até dar uma certa orientação nesse projeto.

Então, eu acho que esse é o grande problema no Brasil: todas as vezes em que instituições governamentais querem fazer a sua política com o dinheiro privado não dá certo; mas, agora, quando você quer trabalhar junto, em parceria, e você discute: “Quais são os objetivos disso? Como é que nós vamos revitalizar essa instituição? O que é que nós vamos fazer com ela? Ela vai ser mais limitada, menos limitada?”. Mesmo o senhor Kluge lá, ele tem orientações, ele tem ideias a respeito de como devem ser essas *fellowships*. Ele não escolhe, não é ele quem vai determinar, mas existe um compartilhamento. Por exemplo, nós fomos almoçar com ele, nós fomos à casa dele...

FHC: Mas aí é diferente, porque eu era Presidente da República...

RC: É, mas ele gosta dessa história também.

FHC: Claro.

RC: Então, eu acho que essa questão da parceria tem que ser feita de uma maneira nova.



LF: Talvez não seja uma questão apenas de mentalidade. Acho que existe uma grande desconfiança do setor privado também em relação ao setor público.

FHC: “O que é que vai fazer com o meu dinheiro?”.

LF: “O que é que vai fazer com o meu dinheiro!”.

FHC: E com razão, não é? A desconfiança procede, porque você não pode jogar dinheiro fora.

RC: Pois é, mas é por isso que eu estou dizendo que a gente tem que construir uma parceria e não isso: “Eu vou dar o meu dinheiro para você fazer o que você decidiu”. Parceria é outra coisa, não é? Vamos fazer juntos uma coisa.

FHC: No caso da Biblioteca é perfeitamente possível fazer uma parceria... Perguntar qual é o sentido, para a sociedade, no fundo...

RC: Perfeitamente. E algumas pessoas terão mais interesse nas obras raras, outras pessoas, sei lá, até na Biblioteca Circulante, outras ainda o que vão fazer no auditório, que caminhos nós vamos abrir para a cultura.

LF: É curioso. Outro dia estive em um evento, não me recordo qual, e eu fui apresentado como diretor da Biblioteca e uma senhora falou assim: “Precisa mudar o nome. Precisa ser a Biblioteca ‘Mário de Andrade/*Diners*⁸’, porque senão ninguém põe dinheiro...”. Quer dizer, dando um pouco a sensação de que ela deveria ser adotada por uma grande instituição que mude o caráter dela, o que é um equívoco também...

FHC: Não, aqui não dá, não, não.

RC: Não. Um equívoco total.

⁸ Cartões de crédito *Diners Club Internacional*.



DP: Os senhores acham que mesmo o público universitário viria nesse processo de revitalização da Biblioteca, ela teria possibilidade de recuperar parte dessa vitalidade?

FHC: Quem está hoje lendo aqui? Vocês têm pesquisa sobre isso?

LF: Esse é um dos grandes problemas que nós temos, quer dizer, ela é frequentada por aposentados, por estudantes do segundo grau, sem-teto. Nós somos uma biblioteca pública, quer dizer então, as pessoas que frequentam... tem uma função.

Mas há uma desproporção entre a qualidade do acervo e a frequência, por uma série de razões: por maus tratos históricos e também pela circunstância de existir concorrência, os pesquisadores foram abandonando. Mas ainda existe espaço, existe demanda, tem coisas que só existem aqui...

FHC: As bibliotecas são intercomunicadas hoje, não é?

LF: Não.

FHC: Mas tinha que ser...

LF: Pois é, mas não são. Quer dizer, nós temos, por exemplo, um sistema de catalogação que não conversa com a USP⁹.

FHC: Isso é complicado, daí dificulta muito. Se você tiver um conversando, se está lá na USP, quer o trabalho e encontra aqui, ele vem aqui. Porque com o mundo de hoje, com uma cidade grande como é São Paulo, dispersa... ou você tem redes...

LF: E tem muito a ver com a decadência do centro.

⁹ Universidade de São Paulo.



RC: E com a dificuldade de locomoção, quer dizer, quando nós frequentávamos a biblioteca, era o centro da vida da gente.

FHC: Vivíamos aqui.

RC: ...e você se locomovia para cá, onde quer que você morasse, que aliás, não era assim tão longe. Era um público de classe média. Hoje, o público universitário de São Paulo pega camadas de renda muito mais baixa, está muito disperso.

Eu já vi várias pesquisas que indicam que a escolha de uma universidade, que o critério mais importante é a localização, porque é tão difícil para as pessoas...

FHC: Agora não tem a USP Leste?

LF: Nós fizemos um curso que vamos retomar agora que é “Vestibular na Mário”¹⁰. Pegamos as obras literárias adotadas por diversos vestibulares: USP, Unicamp¹¹, PUC¹²... E uma parcela grande da frequência de jovens de escolas públicas nunca tinha vindo ao centro, e eles vinham, a mãe ficava do lado de fora porque eles tinham medo, e nunca vieram ao centro de São Paulo...

RC: Eu vou contar uma história para vocês. O centro já está bem mais recuperado e bem mais utilizado do que nessa época, mas o último curso que eu dei na Faculdade, antes de me aposentar, foi no fim dos anos 1980. Eu dava um curso de Metodologia e fazia uma pesquisa de campo, e nesse ano definimos que íamos fazer uma pesquisa aqui na “boca do lixo”¹³ e íamos estudar as famílias que moravam nesse bairro. Bom, aí programamos, preparamos tudo, os questionários, as entrevistas, etc., e nada dos alunos começarem a fazer a pesquisa. Eu empurrava e não saía e de repente eu descobri que eles tinham medo de vir ao centro. Eles tinham gostado intelectualmente da ideia, mas na hora de pegar o ônibus, eles não sabiam pegar o ônibus e tinham medo de ir ao centro. Então, tivemos que fazer roteiros...

¹⁰ Programa “Vestibular e Literatura”, realizado desde 2005 pela Divisão de Difusão Cultural da BMA.

¹¹ Universidade Estadual de Campinas.

¹² Pontifícia Universidade Católica.

¹³ Refere-se às ruas e avenidas Duque de Caxias, Timbiras, São João e Protestantes, no Bairro da Luz em São Paulo e que, nos anos 1960, contava com a maior concentração de prostitutas e bandidos por metro quadrado na cidade.



FHC: Mas isso não é só em São Paulo. Eu tenho um amigo nos Estados Unidos que foi o primeiro porto-riquenho que se doutorou em Harvard. Ele nasceu em Nova Iorque, ele morava lá em Nova Iorque para o lado de, sei lá, na direção do Harlem, e ele era conhecido na comunidade dele - Frank Boni¹⁴ era o nome dele, um professor - porque ele sabia, não tinha medo de ir ao centro e trazia as pessoas. E olha que Nova Iorque não é um centro como o de São Paulo. São Paulo tem um círculo concêntrico, lá é uma ilha, do alto da ilha, para descer... Não iam ao centro, também tinham medo, talvez não pelas mesmas razões daqui, mas tinham medo também. Isso são coisas de cidades, tem a ver com a vida urbana e com a diferenciação social muito forte que existe nessas cidades das nossas Américas. Na Europa é menos assim.

RC: Também aqui em São Paulo com essa segregação da periferia, a dificuldade da população da periferia tem a ver com essa dificuldade de transporte, mas tem a ver também com a pouca oferta de atrativos para eles. Na medida que começar a ter oferta, e agora a gente começa a ter eventos culturais...

LF: E uma ocupação mais ordenada, porém mais diversificada. Não adianta também você transformar o centro em habitação popular, quer dizer, esse tipo de decisões que se tomou... Mas, por exemplo, a Reitoria da Unesp¹⁵ mudou para a frente da Biblioteca...

FHC: Isso sim, misturar, o negócio é misturar. A cidade não pode ser segregada.

LF: Habitantes, trabalhadores, as pessoas começam a se...

FHC: Sabe, eu não sou dessa época, mas, quando o Levi-Strauss era professor aqui, os que foram alunos dele contam que uma das coisas que ele fazia - exatamente o que você fez - era fazer uma etnografia da Avenida São João.

¹⁴ Transcrição fonética.

¹⁵ Universidade Estadual Paulista.



RC: Isso tem na Faculdade, inclusive...

FHC: É, está publicado. Etnografia da São João, fazer o pessoal conhecer a cidade onde mora. Isso, talvez, não é responsabilidade da Biblioteca, é da Universidade, fazer isso que a Ruth sugeriu, fazer com que as pessoas conheçam o seu *habitat* porque não conhecem e têm medo, não é? A gente tem medo do que não sabe, se sabe, tem menos medo, tem informação.

Talvez se a universidade tivesse uma posição mais ativa em fazer com que seus estudantes conhecessem mais a sua cidade, seria uma coisa importante também.

DP: Fazer uma parceria da universidade com as instituições públicas, esses equipamentos...

FHC: E eu acho que hoje já melhorou muito.

LF: A Pinacoteca, o museu novo...

FHC: Há um esforço claro de recuperação, que vai levar tempo, mas acaba conseguindo. E que é mundial, todas as grandes cidades têm esse problema de degradação de setores da cidade e que tem que tentar recuperar e tal. Você vê isso com muita força na Europa, nos Estados Unidos, na Argentina e agora aqui.

LF: Até porque a infraestrutura já existe, tem o metrô, as construções, quer dizer, é mais barato...

FHC: E o pessoal tem consciência disso. Agora há pouco estive numa cidade chamada Guaiacuí¹⁶, que não é em país rico. Nota-se claramente que houve a recuperação de partes da cidade que estavam degradadas. Não é uma cidade antiga, é uma cidade moderna, mas não muito moderna, não tinha nenhum atrativo especial. Fizeram obras de intervenção urbana que melhoraram muito a integração

¹⁶ Paraguai.



da cidade. Está começando a haver em São Paulo isso: um certo esforço de recuperação, não só o centro, tem que recuperar várias partes da cidade.

LF: E a universidade, por exemplo, a USP, como é que vocês olham, depois de tantos anos?

FHC: A Ruth olha mais que eu.

RC: A gente está mais distante, quer dizer, todo mundo está trabalhando em outras coisas. Eu vou lá de vez em quando, dou umas aulas de vez em quando.

LF: E as suas impressões em relação... melhorou ou piorou?

RC: Ah, é muito difícil dizer assim em bloco. A USP é uma coisa, por um lado muito grande e, por outro lado, pequena, porque precisa ser. Porque o número de alunos da USP não tem aumentado e é um absurdo porque a demanda por universidade aumentou extraordinariamente no país. Eu acho que isso é uma coisa que tem que ser pensada.

FHC: Mas a qualidade dos trabalhos na USP melhorou, não é? A quantidade de trabalhos, eles estão mais especializados.

RC: Tem áreas que melhoraram muito, tem áreas que não tiveram muito apoio.

FHC: A USP do nosso tempo era uma escola de elite, uma coisa pequena, de elite, de pessoas que tinham uma cultura, digamos, cosmopolita. Quando nós éramos estudantes as aulas eram dadas em francês na USP. O segundo ano nosso foi todo em francês, isso é impensável. Avançamos, não faz sentido.

RC: Mas nós éramos seis alunos.

FHC: Era outra coisa. Não tem nada a ver com o que é a USP hoje. E não seria possível manter aquilo, porque é falso, era sintoma da nossa fraqueza, na verdade,



trazia gente de fora e tal. Claro que hoje tem professores que vêm de fora, visitantes, mas não é a mesma coisa, não é? Claro que você tinha também produção de alto nível, mas pouca produção. Hoje tem uma massa de produções. Olha, eu conto sempre essa história: quando eu fiz doutoramento na USP, isso em 1960, 61 por aí, saiu meu retrato n' *O Estadão* porque era um doutor, e houve uma homenagem, você se lembra? E foi o Reitor! Hoje o Brasil tem dez mil doutores por ano! Quer dizer, isso mudou muito, em cinquenta anos, para melhor, no Brasil, massificou e diversificou. Claro que depende de que seção, em que momento e tal, mas eu não sou pessimista com relação a isso, não. Acho que houve um aumento da produção intelectual e científica também, muito grande, não se compara.

RC: Também acho. Por isso que eu falei que o bloqueio da USP é, no meu entender, não ter crescido para receber mais estudantes. Ela cresceu em termos de curso, cresceu em termos de diversificação, continua a ter um papel fundamental, medido pelas publicações científicas, etc. Quer dizer, e é a primeira universidade da América do Sul, certamente. Então, em termos, a qualidade dela se mantém, mas ela teria que responder mais à necessidade social do país, não é? Por isso que a USP Leste é boa, não é? Eu já fui visitar a Zona Leste.

LF: E qual foi a sua impressão?

RC: Excelente. Eu achei que eles deram uma solução muito interessante para essa questão de que temos que ampliar e temos que diversificar, inclusive geograficamente. Achei muito interessante que os cursos que são dados lá, para entrar, você tem que fazer o mesmo vestibular, o que me parece fundamental. Agora, são cursos diferentes, então, tenho que fazer um vestibular para a Zona Leste porque eu escolho um curso que é dado lá.

LF: Aí é um impedimento legal porque a mesma universidade não pode ter uma outra faculdade do mesmo assunto, quer dizer, não poderia ter uma outra faculdade de Direito, por exemplo.

FHC: Mas tem duas de medicina. Uma em Ribeirão Preto e outra aqui.



LF: Não, mas na mesma cidade.

FHC: No mesmo *campus*, não.

Carlos Augusto Calil¹⁷: A impressão que eu tenho é a de que nem sempre os políticos têm tido a sensibilidade de perceber que o investimento na área cultural é baixo, de certa forma, e de alto retorno institucional. Eu sei disso porque o senhor comentou... eu não teria a impertinência de tocar no assunto sem o senhor... O senhor comentou “Pois é nem sempre o governo entende bem. Para a cultura não tem dinheiro”. Eu percebo isso quase como um “ovo de Colombo”. A perspectiva de fazer uma revolução cultural no país é barata, em termos de resultado e de mobilização.

Hoje em dia eu percebo, onde eu visito na periferia, no subúrbio da cidade, que existe uma enorme demanda por identidade cultural, por afirmação cultural e por biblioteca, para ser bem concreto, e que não custa tanto dinheiro assim e que nem sempre os políticos são capazes de perceber. Eu achei, enfim, que o senhor mencionou isso no seu depoimento e gostaria de confirmar se eu percebi bem ou não.

FHC: Percebeu, é isso mesmo. Agora, é preciso dizer também que como isso vem de há muito tempo, a falta de organização da área pública cultural é grande, também da Secretaria, do Ministério. A eficiência, a capacidade de mobilização, por exemplo, do Ministério da Fazenda com as áreas culturais, mesmo com as sociais, não tem comparação. A qualidade do funcionário, o treinamento que ele tem, o salário que ele ganha, a capacidade que ele tem de realizar as coisas é muito maior. Porque a máquina estatal, burocrática não se capacitou para isso. Porque tudo o que se vai fazer é um começo. Eu dei o exemplo do Ottaviano com a questão das bibliotecas - uma dificuldade imensa.

No Ministério da Educação - que é já mais estruturado, já é mais fácil - foi possível fazer muita coisa em matéria, por exemplo, de livro didático. Chegamos a

¹⁷ Secretário Municipal de Cultura (2005).



cem milhões de livros distribuídos por ano – não é todo ano, porque mantém por um tempo. É uma massa, é um volume, mas foi preciso refazer todo o conteúdo desses livros, fazer bancas para examinar, porque o livro era de péssima qualidade e também mudar o padrão pelo qual se compra o livro porque, sei lá por qual sistema era feita a escolha. É preciso institucionalizar. No Ministério da Cultura, por exemplo, com a Lei Rouanet, é possível fazer muita coisa. Cinema foi feito por causa da Lei do Audiovisual na parte de cinema. Já não vi o mesmo impulso - pode ser que eu esteja errado - no teatro, que poderia ser feito muito mais.

Mas hoje tem esse problema que a Ruth mencionou, e acho que está na sua pergunta também, sobre as múltiplas identidades culturais no Brasil, que é a cultura da periferia: a música, o teatro, até literatura e tal. Isso ainda não foi “linkado” com o setor público. O setor público desconhece, para não falar do setor político, que desconhece mais ainda. Se você olhar o que acontece na nossa imprensa, na mídia, a mídia capta muita coisa, isso ainda não... só de vez em quando é que pega alguma coisa. Ainda não descobriu que o mundo cultural é muito mais amplo que o *New York Review of Books*. Nós aspiramos repetir o *New York Review of Books* nos nossos cadernos. Tem que ter também, mas essa outra a que você se refere, esse impulso cultural mais amplo ainda está por ser descoberto. Não tem importância do ponto de vista do Brasil, porque ele existe, está pulsando, existe uma coisa...

Eu não sei o que acontece na minha área, mas sempre me chamou muito a atenção, por exemplo, o grande romance brasileiro. O grande romance brasileiro ecoa e é o romance nordestino, ainda é o rural: o Graciliano Ramos, o Jorge Amado, o Guimarães Rosa; e o urbano? Tem. Eu sei que tem, mas não tem a mesma força, mas por que, se o Brasil hoje é um país urbano? E se o urbano é isso, é periferia. Eu sei que tem, basta ver *Cidade de Deus*, para não falar de outros, mas falta muito ainda. Deve existir já, deve existir muita coisa que nós nem notamos, não é?

Mas você tem razão, na área política ninguém descobriu que é barato e eficaz, inclusive do ponto de vista até político.

CAC: Com a senhora, eu queria pegar a sua reflexão sobre o problema das parcerias. A senhora foi muito bem sucedida com a parceria da Comunidade Solidária, isso ficou como modelo de trabalho institucional no país. Mas o Luís Francisco mencionou a dificuldade que nós temos no poder público, na área cultural,



para estabelecer parcerias. Em primeiro lugar, nenhum rico põe a mão no bolso, no seu bolso, para dar dinheiro para nenhuma instituição. Todos abanam com o chapéu do outro, que é pegar dinheiro da Lei Rouanet, que é dinheiro nosso. É uma espécie de privatização do uso, mas não é o dinheiro deles. Mesmo quando eles pegam dinheiro que não é deles, eles querem impor condições, primeiro para colocar o nome na Biblioteca, *Diners*, ou qualquer outro.

Eu me lembro que, quando eu dirigia a Cinemateca, havia uma proposta da Sala Cinemateca se chamar “Sala Cinemateca não sei o quê”, porque justamente era quem me daria o dinheiro, e eu disse: “Olha, eu não posso. Eu sou diretor de uma instituição pública. Ela se chama Cinemateca Brasileira. Ela não pode se chamar ‘Cinemateca do...’”. Hoje, em São Paulo, a gente vive uma situação totalmente louca que é *Espaço Unibanco de Cinema, Cine Bombril*; provavelmente todas com dinheiro público, essa que é a graça. Se a *Bombril* pagasse lá do seu... Enfim, para dizer que nós entortamos a boca no cachimbo com a ideia de poder usar dinheiro público com intenções privadas, mas eu não conheço rico nenhum – no caso dos Estados Unidos a situação é diversa – que tenha vontade de participar sinceramente e que ajude as instituições. Todo mundo tem mania de fazer a sua instituição.

Veja os institutos que foram criados de cultura, como se nós já não tivéssemos bastantes instituições interessantes no Brasil, tanto no plano federal, como no mais local, que merecessem seu apoio. Não, eles criam o seu para botar o seu nome no instituto. E nem sempre a produção intelectual e a produção artística é relevante desses institutos pagos com o nosso dinheiro, dinheiro de renúncia fiscal. Então, eu queria que a senhora falasse um pouco sobre a sua experiência de parceria, que ela pode ser um pouco iluminadora para nós, no sentido de que nós temos muita dificuldade de chegar e conseguir fechar essas parcerias, sempre vistas com desconfiança, como disse muito bem o Luís Francisco.

RC: Eu começo pela parte final da sua crítica, que é a dificuldade de encontrar os ricos, que não querem pôr a mão no bolso. Foi isso que eu tentei mencionar quando eu disse que a parceria é uma coisa diferente. Ela tem que ser realmente através de objetivos comuns. Porque, se nós formos pedir para eles fazerem exatamente aquilo



que está faltando, que o governo não deu conta de fazer ou que nós queremos fazer dentro de uma definição totalmente... que vem da própria instituição, é muito difícil.

Agora, a outra parte da sua pergunta é o que eles estão fazendo com esse dinheiro. Eu acho que, na verdade, no Brasil se utiliza bastante. Você tem toda a razão, é dinheiro público, é dinheiro de isenção fiscal para a área cultural. Agora, nossa legislação é totalmente deficiente. Acho que nós não mexeremos. Quando eu comecei a falar, eu comecei a falar na questão do marco legal, e isso para mim é fundamental. Vou dar só um exemplo: nos Estados Unidos, para que se tenha o título de isenção de impostos, eu trabalho numa fundação americana e nessa fundação nós levamos os últimos três anos discutindo exclusivamente nas reuniões do Conselho como fazer para atrair outras fundações para os programas que a gente estava pretendendo fazer. Porque, se nós não tivermos 30% de recursos vindos de outras fundações, você perde o título de *charity* e você não tem a isenção de imposto. Então, o que quer dizer isso? É uma imagem só para amolar, para fazer parcerias forçadas? Não, isso quer dizer que tem outras fundações que acreditam naquela finalidade à qual você está se dedicando. Portanto, que ela é uma finalidade que se pode chamar de pública e não privada. Isso, por exemplo, me parece que é uma exigência que nós tínhamos que também ter aqui de tal maneira, que esse dinheiro que vem da isenção... Eu sou a favor, o resultado que nós temos tido com a Lei Rouanet, ainda com todos os seus defeitos como legislação, foi muito importante no Brasil.

Agora, esses lados, que são um pouco deformados, eles também podem ser controlados, não precisa ter o *Cine Bombril*. Não é possível usar todo o recurso de uma só instituição, porque então ele é privado. Eu acho que são regras novas que eu estava pedindo para que essas parcerias possam funcionar. Mas também acho que tem o lado de cá e tem o lado de lá. O lado governamental é muito difícil. O lado governamental quer levar um projeto e dizer: "Não, ele é bom, precisa fazer, ele é público", mas ele só se transforma de interesse público quando há interesse público nele. A gente tem também que começar a ter uma certa flexibilidade.

CAC: A senhora falou uma coisa interessantíssima. A Lei Rouanet quando surgiu, ela era assim: ela isentava até uma certa porcentagem. Ela não permitia 100% de isenção. Isso foi uma pressão da classe artística sobre o governo. O governo



acabou aceitando a ideia, na minha opinião, da desfiguração do projeto original da Lei Rouanet, que era uma lei de *marchands*, no fundo era um pouco do privado que tinha que meter a mão no bolso, minoritário que fosse, mas tinha que colocar 20%, 30% do orçamento do projeto e o resto era incentivado, portanto. Nesse sentido se descaracterizou.

FHC: Nos Estados Unidos, eu fui - já saí - da Fundação Rockefeller. Bom, não tinha ninguém ligado a qualquer organização Rockefeller lá: ninguém, zero. E é proibido dar alguma coisa de interesse de algum grupo fundador, não dá. Eventualmente poderia até ter algum membro da família no *border*, mas não havia, nesse momento. Mais ainda, no caso da Fundação Rockefeller, um terço dos membros do diretório, do *border*, tem que ser não-americanos - tem que ser de outros países. Enfim, alguma coisa na legislação pode, deve ser feita para isso. Não tem sentido isso que você mencionou, não tem sentido.

Cada grande empresa no Brasil faz uma instituição cultural própria e usa o dinheiro público para manter a sua instituição cultural, não faz sentido. Isso não é parceria, nem é fundação.

RC: É privada.

FHC: Não é privada, privatizam o dinheiro público, é ao contrário. Não que estão dando dinheiro privado para o público, estão é privatizando.

LF: E fazendo propaganda.

FHC: E fazendo propaganda. Então, uma medida salutar seria: “Tudo bem, pode usar o seu nome, mas a decisão não pode ser em função dos seus interesses de empresa”. Tem que socializar esse processo. Eu participei um pouco dessa coisa da legislação Rouanet, anteriormente, quando o Rouanet era secretário de cultura do Collor. E o Rouanet fez o doutoramento dele com a Ruth, então, nós conhecemos o Rouanet há muitos e muitos anos, e ele estava lá, propondo uma nova lei. De fato a legislação foi refeita pelo Sarney e por mim, mas era diferente do que saiu aí. A lei foi para o Congresso, o Rouanet foi lá, conversamos, pegamos o que ele tinha



proposto, demos uma outra roupagem. Tive que acalmar os egos, porque o Sarney era Lei Sarney e ia virar Lei Rouanet, como é que o Sarney ia ajudar? Bem, mas conseguimos, ficou Lei Rouanet. Não é, na verdade, nem o que eu propus, nem o que o Sarney propôs, nem o que o Rouanet propôs - saiu outra coisa no Congresso - ficou lei Frankenstein, e depois mudou para piorar ainda mais.

Então, é difícil tudo isso, porque as pessoas ficam ansiosas por recursos, por dinheiro e não querem saber muito como é que eles chegam. Os próprios produtores culturais, hoje é uma indústria. Hoje, a Lei Rouanet é uma coisa complicadíssima, é uma indústria.

CAC: De incentivo.

FHC: De incentivo. Dinheiro há. Minha tese antiga: nosso problema não é dinheiro, mas como é que gasta melhor, como é que se organiza para fazer isso, como é que você controla esse gasto? Como é que esse gasto deixa de ser privado ou estatal para ser público? É o que a Ruth tem insistido.

RC: E para isso nós temos que realmente tentar mudar um pouco a mentalidade corrente. O empresário privatiza algo que vem do subsídio público exatamente porque eles acham que fazem melhor. Eles acham que o Estado não faz bem, que o Estado não é tão moderno, que as coisas não saem muito bem. Isso não é verdade, as coisas não se dividem assim: o gerenciamento privado é perfeito e o público é completamente sem controles. Mas é esse ponto que a gente tem que começar a discutir para a gente realmente poder chegar a essa ideia de parceria, senão nós não chegamos. Um olha o outro com essa desconfiança e o privado quer levar tudo para o seu controle e o público quer definir todos os caminhos para o que esse recurso vai ser usado. Isso não é parceria.

FHC: Deixe-me dar uma sugestão que eu sei que não é popular entre os ricos. Uma das grandes fontes de financiamento filantrópico nos Estados Unidos é a questão da herança. Porque você pode definir, como o imposto de herança é muito pesado lá, você pode definir o que vai fazer com parte desse imposto de herança. Aqui ninguém quer discutir o que fazer com o imposto de herança, porque não paga. O



imposto de herança no Brasil é ridículo, que é um imposto justo. Se há um imposto socialmente justo é o da herança. Então, você diz: “Você vai ter que pagar 5% da sua herança e você vai poder dispor 3%. Desses 5%, você vai ter que destinar para finalidades culturais, que não sejam próprias suas”. Isso daria um bom impulso, um bom fluxo. É claro que os herdeiros não gostam.

RC: Mas sempre que tivesse um controle sobre o destino.

FHC: O destino não pode ser dele, tem que criar um. Nos Estados Unidos não tem controle nenhum. Você cria uma cátedra na universidade e...

RC: Eles têm o controle na outra ponta, porque, se ele estiver dando para uma fundação, essa fundação tem que usar esse dinheiro (...) com outras fundações, o que define que é uma finalidade de interesse público, porque senão ele pega a herança e dá para uma fundação dele mesmo, onde estão todos os filhos lá e pronto.

LF: Pagar a escola dos netos.

FHC: Coitadinhos.

DP: Como é que os senhores vêem esses programas de formação de novos leitores empunhados pelo Estado? As nossas estatísticas ainda são muito sombrias, o número de leitores, o número de horas que as pessoas dependem lendo no Brasil...

FHC: Provavelmente vai aumentar o número de horas que as pessoas veem internet. O que não é mau também, porque leem na internet. Eu acho que tem um aumento aí, potencial pelo menos. Eu não sei, eu não sei quais são os dados que vocês dispõem, mas, se não formar leitores, não adianta ter biblioteca, tem que formar leitores, tem que formar gente.

Mas eu acho que é preciso olhar toda essa revolução que está havendo nos meios eletrônicos e de difusão de informação, porque, geralmente, o leitor de livros, como é o nosso caso aqui, tem uma certa dificuldade de encarar outras formas de



leitura que não seja a do livro, mas começa a existir, não é a mesma coisa, mas que é importante também.

RC: Eu não conheço de perto programas estatais de promoção de leitura. Conheço muitas organizações, ONGs que trabalham com isso e acho sempre um trabalho muito interessante. São muito diversificadas, as metodologias são as mais diversas. Eu não sei avaliar. Acho que não existe mesmo informação sobre uma avaliação de resultados, mas eu acho que só existir essa atividade já é uma coisa que a gente deve estimular.

Agora, eu acho que a questão realmente de criar leitores depende da nossa educação, está ligada diretamente à qualidade da nossa educação e uma educação voltada para isso, voltada para que as pessoas queiram, com seu conhecimento básico de leitura e de escrita, abrir horizontes, ler outras coisas e entrar em outro mundo. Isso é um desafio. E quem tem que dar, num primeiro momento, são os professores, são as escolas.

FHC: Primeira coisa é formar os professores, para que eles próprios leiam, não é? Sobrou alguma coisa para perguntar?

LF: O senhor poderia dizer alguma coisa que o senhor leu e recomenda para alguém, um livro brasileiro.

RC: Nós não estamos lendo nada brasileiro.

FHC: Não, o livro do Moisés Naím, que eu estou lendo não é brasileiro. Ah, bom, eu li a Patrícia Melo. É um livro muito interessante sobre um maestro, eu recomendo. Eu gostei bastante. Nesse último mês eu li a Patrícia Melo, li um húngaro muito bom também, chamado Sándor Márai, *As Brasas*, e estou lendo o *Illici*, que é um livro do Moisés Naím sobre a globalização do crime no mundo.

DP: Professora, o último livro que a senhora leu?



RC: Estou pensando. Não é comum que a gente leia tanto estrangeiro, mas, por acaso, nós andamos por esse mundo. Eu acabei de ler o Salman Rushdie, o *Shalimar*, e qual é o nome dele? Naipaul, que é um de *A Casa do Mr. Biswas*, que é um de Trinidad, que eu estava lendo. Agora, o último romance brasileiro, que eu estava lendo já faz alguns meses, é *Trilhos e Quintais*, da Carmem Oliveira, um belíssimo livro, pouco conhecido, mas, porque eu a conheci, li o livro.

LF: Uma curiosidade que a Biblioteca precisa saber: é verdade que vocês namoraram aqui na Biblioteca Mário de Andrade?

RC: Não. Nós namoramos em vários lugares. Não aqui, especificamente...

LF: Aqui também? Então, é verdade?

FHC: *Si non è vero, è bene trovato.*

LF: Então podemos confirmar essa informação?

RC: Pode.

FHC: Pode.

LF: Muito obrigado. Queria agradecer a presença do Presidente Fernando Henrique e da professora Ruth Cardoso. Quer falar mais alguma coisa?

DP: Muito obrigada.

LF: Foi um prazer e realmente muito simpático.

FHC: E eu espero que dê certo isso que vocês estão fazendo.

LF: Eu também.

